

O governo opera politicamente

PMDB

Desenvolve-se a operação política do governo visando a obter maioria da convenção do PMDB e da Constituinte pela decisão presidencial de exercer o governo até 1990. Os balanços que estão sendo feitos revelam que até a última votação na reunião da bancada, os governadores de Minas, São Paulo e Rio de Janeiro não fizeram sentir sua influência sobre a representação federal, que continuou a preferir o mandato de quatro anos com os votos da maioria de mineiros, paulistas e fluminenses.

O Palácio do Planalto estaria usando os mecanismos de pressão ao seu alcance, notadamente os fisiológicos, para compor sua própria maioria independente dos partidos. Não há neste momento conflito entre o presidente e a direção nacional do PMDB, a qual, embora defendendo a prerrogativa da Constituinte de fixar mandatos, tomou posição pelos cinco anos requeridos pelo presidente José Sarney. O sr. Ulysses Guimarães empenha-se em evitar a cisão partidária e manifesta a esperança de que a tese dos cinco anos saia vitoriosa, embora não possa deixar de expressar cuidados com a eventual substituição de ministros e altos funcionários do PMDB que ocupam posições federais.

A convenção do PMDB terá apenas efeitos morais. Os constituintes, liberados do dever do voto partidário, pois em cada caso darão o voto de consciência, não se sentirão compelidos a seguir a recomendação dos convencionais, cuja maioria presumidamente será feita pelos governadores que vão se alinhando atrás do sr. José Sarney. A convenção poderá ser a fonte da unidade ou da definitiva implosão do PMDB, mas não a fonte principal dos votos na Constituinte, integrada por deputados de numerosos outros partidos, entre os quais os 131 do PFL.

Resta saber, no entanto, o que pretendia fazer o presidente da República se a Constituinte rejeitar sua decisão de permanecer no governo até 1990. Politicamente, estará desarmado para dar consequência à sua decisão, restando-lhe apenas a hipótese de impetrar mandado de segurança ao Supremo Tribunal Federal. Essa é uma hipótese arriscada. A propósito, velho udenista lembrava o mandado de segurança ao supremo impetrado pelo presidente Café Filho para reassumir o governo. Ao saber da iniciativa do seu colega Prado Kelly, o senador Milton Campos limitou-se a observar: "A decisão é simples. Negamos porque pediu."

Resta saber se o presidente teria à sua disposição outro tipo de recurso material e se, para tanto, enfrentaria a história assumindo a responsabilidade de aceitar manter-se no governo à sombra das baionetas. Por enquanto, o sr. José Sarney trabalha com a hipótese de que dispõe dos fatores de decisão política que o beneficiarão.

Correção

Ontem, onde está "numa conversa do Florentino...", leia-se "numa conversa no "Florentino"..."

Carlos Castello Branco

Coluna do Castello p 2

JORNAL DO BRASIL

22 MAI 1987